



**Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA
– 22 de agosto de 2024 –**

Local: Auditório da Secretaria de Assistência Social

Data: 22 de agosto de 2024

Horário: 9h30

1 Aos vinte e dois dias do mês de agosto de dois mil e vinte e quatro com início às nove horas e trinta
2 minutos, ocorreu, no auditório da Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS, a reunião
3 ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Londrina – CMDCA. Foi
4 justificada a ausência dos seguintes conselheiros: Ricardo Alves Vilela; Denise Morselli Fernandes
5 Caldeirão, Francielle Souza Rocha e Cássia Munhoz. Após cumprimentar os conselheiros, o presidente
6 Claudio Marcio de Melo apresentou a seguinte proposta de pauta: **1. Apresentação e aprovação da**
7 **proposta de pauta; 2. Relato da Diretoria executiva; 3. Apresentação da organização da atenção à**
8 **saúde mental de crianças e adolescentes no município; 4. Relato de Comissões; 5. Recomposição de**
9 **Comissões; 6. Deliberação sobre resposta ao CEDCA/PR: Ofício nº 129/2021 - Protocolo nº**
10 **16.763.523-: Solicitação de acompanhamento e deliberações sobre proposta de reordenamento dos**
11 **serviços de proteção social especial da PNAS de Londrina; 7. Informes.** O presidente Claudio Marcio
12 de Melo iniciou com a apresentação e aprovação da pauta. O conselheiro Junior sugeriu a antecipação
13 do item 4 que corresponde aos relatos de comissões, proposta que foi alterada e aprovada por
14 unanimidade pelos conselheiros. Em seguida, foi realizado o relato da diretoria pelo presidente Claudio
15 Marcio de Melo. O presidente informou sobre o andamento da construção da Resolução referente à
16 regulamentação do banco de projetos e relatou a reunião realizada com a Secretaria de Governo, na
17 qual foi discutida a questão da execução referente aos recursos da Deliberação do CEDCA cujo objeto
18 é a compra de absorventes. Estamos no aguardo do parecer da Controladoria para os devidos
19 encaminhamentos. Na sequência, foram apresentados os relatos das comissões: Comissão de
20 Monitoramento e Avaliação - A conselheira Hiléli de Souza Rezende Beme, representante da Comissão
21 de Monitoramento e Acompanhamento, relatou que a comissão realizou visitas nas cinco casas de
22 acolhimento do Nuselon. O parecer da comissão sobre o ambiente, os educandos e os educadores é
23 satisfatório. Foi também mencionado que a comissão fez uma nova visita a uma casa de acolhimento
24 vinculada ao MMA, constatando que no endereço no qual estava a unidade agora funciona uma casa
25 terapêutica para adultos, havendo mudança de endereço. Na visita à nova unidade, foi identificada
26 uma casa mais organizada, com adolescentes mais felizes. Contudo, foi observado que o coordenador
27 da unidade não se faz muito presente. Além disso, duas educandas foram identificadas como não
28 frequentando a escola. Após articulação com a equipe de mediação, essas crianças foram transferidas
29 para uma escola mais próxima. A comissão encaminhará ofício orientando quanto à necessidade de
30 informar ao CMDCA qualquer alteração da OSC, pois está previsto na Resolução que estabelece os
31 critérios para o registro e inscrição que as OSCs com registro no CMDCA devem informar as alterações.
32 Comissão de Cadastro - A conselheira Daiane Carabia Gomes representante da comissão de cadastro,
33 relatou que a comissão avaliou a renovação do registro do Centro de Educação Infantil Boa Esperança.
34 O parecer da comissão foi favorável ao deferimento da renovação por 18 meses, e a plenária aprovou
35 por unanimidade. A comissão também informou sobre as visitas realizadas: 1. SCFV CEPAS: O espaço
36 físico atende às necessidades dos educandos. Foram feitas algumas recomendações quanto ao uso das
37 salas e à limpeza de certos itens pelos conselheiros de direitos. 2. Centro de Educação Infantil Anália
38 Franco: Destacou-se a organização e a limpeza da instituição. Foi feita uma ressalva sobre um incidente
39 envolvendo uma professora que fez uma intervenção verbalmente agressiva com uma criança. A
40 comissão e os conselheiros de direitos foram orientados pela conselheira Juliana Catarino que
41 precisam ser feitas notificações sempre que for identificado qualquer caso de violência contra crianças



**Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA
– 22 de agosto de 2024 –**

42 e adolescentes, incluindo violência institucional. A representante do CIEE, Elisângela Cardoso se
43 colocou à disposição para atuar como colaboradora externa na Comissão de Cadastro, e sua
44 colaboração foi aceita pelos membros da comissão, bem como ratificada pela Plenária. Comissão de
45 acompanhamento dos conselhos tutelares - a conselheira Sílvia Alapanian reiterou a necessidade de
46 novas contratações de servidores, haja vista o encerramento dos contratos dos técnicos administrativos
47 e motoristas que estão previstos para ser finalizados até maio de 2025. Foi abordada também a
48 questão da formação do sistema SIPIA e a necessidade de capacitação dos conselheiros tutelares. Sílvia
49 informou que ainda não foi oferecido curso de capacitação para o novo sistema, o que tem implicado
50 diretamente no trabalho dos conselheiros. Cláudio comunicou que a mesa diretora está buscando
51 alternativas para viabilizar a capacitação e mencionou a existência de informações disponíveis na
52 internet que podem ser úteis. Ressaltou, porém, a necessidade de sensibilizar os envolvidos quanto à
53 importância da formação adequada. Sílvia destaca a resolução do CMDCA que exige que os
54 conselheiros preencham o sistema SIPIA. Enfatizou que, para que essa cobrança seja efetiva, é
55 fundamental que haja formação adequada. Sílvia também fala da infraestrutura da informática, dos
56 computadores e tablets. Cláudio informa que em articulação com uma empresa está verificando a
57 possibilidade de doação de computadores para o Conselho Tutelar. Priscila informa sobre o fim dos
58 contratos e informa que existem servidores efetivos do conselho tutelar que estão realocados em
59 outros setores, sendo assim as sedes não ficarão sem os servidores com o fim dos contratos. Relata
60 também sobre a formação do SIPIA que a diretoria está em busca da formação e que o processo é via
61 licitação e que como não foi possível a tentativa inicial por inexigibilidade vai ser aberto pregão e que
62 segundo o decreto o processo dura em média 120 dias. Cláudio informa que na próxima reunião da
63 mesa diretora essas pautas serão retomadas. Continuamos a pauta com a Apresentação da
64 organização da atenção à saúde mental de crianças e adolescentes no município. A servidora Rosilene
65 da Secretaria Municipal de Saúde apresentou algumas pessoas que estão presentes na plenária, após
66 a apresentação iniciou falando sobre o organograma da secretaria, relata do trabalho intersetorial
67 sobre a saúde da criança e do adolescente. O conselheiro Edvaldo Viana traz sobre a implantação de
68 um novo CAPS para o município de Londrina e relata da importância que seja um CAPS infantil. Rosilene
69 fala sobre a prevenção na atenção básica e isso precisa de uma política intersetorial. A conselheira
70 Silvana Aparecida Valentim, relata sobre o Planifica SUS, uma estratégia de educação permanente que
71 busca consolidar a operacionalização plena da Rede de Atenção à Saúde, por meio da implantação
72 metodológica da Planificação da Atenção à Saúde. Visa desenvolver competências, habilidades e
73 atitudes necessárias às equipes técnicas e gerenciais para organizar, qualificar e integrar os processos
74 de trabalho da Atenção Primária à Saúde, Atenção Ambulatorial Especializada e Atenção Hospitalar
75 com foco nas necessidades de saúde dos usuários. Em nossa região o grupo de trabalho ficou focado
76 em saúde mental. Silvana apresenta o trabalho realizado CAPS i – Centro de Atenção Psicossocial
77 Infância Juvenil, apresenta as parcerias com a rede, ressalta o trabalho com a Secretaria Municipal de
78 Educação com a gerência de educação especial, fluxo do TDHA, com o CAPS AD e SAMU. O CAPSi
79 oferece atendimento individualizado somente em casos específicos. também fornece vale transporte
80 e ofício para o encaminhamento para a passe livre, composição da equipe na data de hoje 2 psicólogos,
81 3 médicos, 1 assistente e 2 enfermeiros. Como encaminhamento serão enviados aos conselheiros de
82 direitos o material apresentado e os dados de atendimentos, continuaremos com essa pauta de saúde
83 mental para a próxima reunião. Continuamos com o próximo item da pauta, Deliberação sobre
84 resposta ao CEDCA/PR: Ofício nº 129/2021 - Protocolo nº 16.763.523-: Solicitação de
85 acompanhamento e deliberações sobre proposta de reordenamento dos serviços de proteção social
86 especial da PNAS de Londrina. A Secretária Executiva Ruth Piveta deu início à discussão apresentando



**Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA
– 22 de agosto de 2024 –**

87 um resgate histórico sobre o tema, conforme documentação encaminhada aos conselheiros de
88 direitos. Em seguida, foi apresentado o parecer da Comissão de Legislação da época, que afirmou:
89 “Assim, diante do caso em tela, o fato do imóvel ter abarcado outras demandas não tem prejudicado
90 o atendimento de crianças e adolescentes e suas famílias, tão pouco foi perdido o objetivo para o qual
91 o prédio fora construído. Esta comissão não se opõe ao abarcamento do atendimento de outras
92 demandas no prédio, uma vez que o atendimento prioritário não está sendo prejudicado.” Foi
93 destacado que, em fevereiro de 2024, o CMDCA encaminhou um ofício à Secretaria Municipal de
94 Assistência Social (SMAS) solicitando dados atualizados referentes à quantidade de crianças e
95 adolescentes atendidas pelo CREAS Centro desde o reordenamento até a presente data. A servidora
96 da Secretaria de Assistência Social Sara Alexius continuou a apresentação notificando os dados das
97 crianças e adolescentes atendidos, com os dados apresentados não houve diminuição da meta
98 estabelecida, o total de acompanhamentos de 2021 a 2023 foram de 904 crianças e adolescentes. A
99 plenária manifestou-se favorável ao parecer da Comissão de Legislação da época, considerando que o
100 reordenamento não impactou negativamente o atendimento prioritário e que as metas estabelecidas
101 foram atendidas. Como encaminhamento foi deliberado que a resposta ao CEDCA/PR será elaborada
102 com base nas informações e pareceres discutidos, reforçando que o reordenamento dos serviços não
103 comprometeu o atendimento de crianças e adolescentes. Dando continuidade à pauta, foi realizado a
104 recomposição de comissões: Comissão de fundo, foram inseridos a conselheira representante
105 governamental Silvana Aparecida Valentim e o conselheiro Marcio Teixeira Primo representante da
106 sociedade civil. Foram apresentados a plenária os coordenadores das comissões: Francielle Souza
107 Rocha Leite - Comissão de Cadastro; Paulo Roberto Libano de Paula – Comissão de Fundo e José
108 Wilson de Souza – Comissão de Legislação. Finalizando a reunião a Secretária Executiva, Ruth Piveta,
109 fez o seguinte informe sobre o III Encontro Regional de Políticas Públicas: “Caminhos Para Atuação
110 Conjunta”, que ocorrerá no próximo dia 05 de setembro na Universidade Unicesumar. Foi
111 disponibilizada uma vaga para um conselheiro de direito participar do evento. Não havendo mais nada
112 a tratar, eu, Patrícia Baltieri, na qualidade de Conselheira de Direitos e 2ª secretária, concluo a presente
113 ata desta reunião, encerrada pelo presidente do CMDCA.